

---

## Da Arma da Crítica à Crítica das Armas: A Trajetória Histórica do Movimento Operário e Sindical dos Séculos 19 ao 21

---

**Resenha do livro  
“História das Lutas dos  
Trabalhadores no  
Brasil”\***

**José de Lima Soares\***



O que me levou a tomar a iniciativa de fazer a resenha deste livro é que, embora tenha sido publicado em 2007, não encontrei nos órgãos de imprensa e na mídia, em geral, nenhum comentário relevante que tratasse de sua importância. É surpreendente que um trabalho desta magnitude passasse despercebido da crítica ou não tivesse sido comentado. Talvez pelo fato de o autor não ser um intelectual acadêmico, mas sim um intelectual orgânico no verdadeiro sentido gramsciano. Vito Giannotti nasceu na Itália e veio para o Brasil, tendo se engajado na luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, contra o peleguismo e contra a ditadura militar nos anos de 1970-80, tendo sido perseguido e preso. Como trabalhador metalúrgico – mais precisamente como torneiro-ferramenteiro – participou ativamente da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMS), que nos anos 80, passou a se chamar Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP), que se destacou na luta contra o arqui-pelego Joaquim dos Santos Andrade (o “Joaquinzão”) e seus sucessores (hoje representados pela central sindical neoliberal Força Sindical). Participou da fundação da CUT, chegando a ser seu diretor em São Paulo. Nos anos 90, fundou com outros jornalistas e professores, o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), no Rio de Janeiro, que é responsável por ministrar palestras, cursos para os trabalhadores em todo país.

Pois bem, para quem não tem conhecimento, o autor tem mais de vinte livros publicados e que tratam diretamente das lutas sociais dos trabalhadores, do movimento

---

\* GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\* Doutor em Sociologia/UnB. Professor da UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

sindical ou de temas afins, como jornalismo sindical, linguagem e comunicação sindical.

Neste sentido, o livro de Vito Giannotti tem o mérito de resgatar a trajetória histórica das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista, bem como a de recuperar a memória da formação do proletariado brasileiro, a partir de meados do século XIX, passando pelo que Hobsbawm chamou de o “breve século XX” chegando ao limiar do século XXI.

Vito consegue recuperar tudo isso, de forma didática, com muita clareza e a partir de uma linguagem muito simples. Alguns poderiam se indagar: por que escrever uma história das lutas dos trabalhadores? Ora, quantos historiadores, sociólogos, pesquisadores, *brasilianistas*, enfim, estudiosos dos diferentes matizes, se debruçaram sobre o tema? No Brasil, podemos citar inúmeros trabalhos, dentre eles, *A história da indústria e do trabalho no Brasil*, de Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman; o trabalho clássico *História das lutas sociais no Brasil*, do operário gráfico e líder sindical Everardo Dias; os trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro, os trabalhos pioneiros de Leôncio Martins Rodrigues, *Sindicato e Estado*, de Aziz Simão, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, de José Albertino Rodrigues, passando por trabalhos que analisam o sindicalismo mais recente, como *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, de Armando Boito Jr., *O novo Sindicalismo*, de Ricardo Antunes; *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*, de Iran Jácome Riodrigues, entre outros.

O livro é composto por nove capítulos. No capítulo I o autor penetra nos primórdios da revolução Industrial e na gênese da classe operária, ressaltando o período de 1800-1900, a vida nas fábricas, bem como as grandes lutas da classe trabalhadora, com suas formas de resistências, greves, revoltas contra a exploração capitalista. E principalmente a luta pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e por melhores condições de vida e de trabalho. Algo tão bem descrito por autores como Friedrich Engels, em sua *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Karl Marx em *O Capital* e por E. P. Thompson em *A formação da classe operária inglesa*. Onde os trabalhadores tinham que enfrentar jornadas de trabalho extenuantes de 16 a 18 horas, envolvendo homens, mulheres e crianças desde os 5 anos de idade, que eram trucidadas pelas máquinas, nas condições as mais brutalizadas de exploração.

No capítulo 2 o autor procura expor com maestria o nascimento da classe operária no Brasil a partir de 1850-1900, abarcando uma cronologia marcada por grandes lutas nos marcos do incipiente processo de industrialização, descrevendo as primeiras greves e o surgimento dos primeiros jornais operários.

Se hoje nos deparamos com uma realidade totalmente diferente em que a presença da imprensa operária quase não existe, GIANNOTTI se remete a centenas de jornais operários esparramados por todo país. Pesquisadores da história do movimento operário

e das lutas sociais no Brasil, constataram a existência desses jornais de tendências nitidamente socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e de inspiração claramente de resistência proletária. GIANNOTTI lembra que Maria Nazaré Pereira, estudiosa do assunto, lista a existência de 343 jornais diferentes, entre 1875 e 1920 e a historiadora cearense Adelaide Gonçalves, nos seus trabalhos sobre o tema, nos fala de mais de 500 jornais operários, socialistas ou anarquistas, que apareceram no Brasil dentre 1850 e 1930. São ilustrativos alguns títulos: O Socialista (1845) e O Socialista (1890), O Libertário (1904).

É relevante e emblemático o fato de que a primeira greve operária tenha acontecido, no Brasil, já em 1858. Os operários gráficos do Rio de Janeiro entraram em greve por uma semana reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, redução da jornada de trabalho, além de colocaram em pauta a luta pelo fim da escravidão. É impressionante o fato de a escravidão seguir coexistindo no país, nos marcos de uma sociedade em que o trabalho assalariado já existia nas fábricas. O desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo permitiu que formas pretéritas de trabalho seguissem existindo, a um só tempo, ao lado da exploração do trabalho assalariado. Ou seja, pesquisando a história do movimento operário, é possível perceber que nas primeiras fábricas brasileiras trabalhava, ao lado dos operários, um bom número de escravos. O fato de o proletariado surgir no interior de uma sociedade escravista dificultou e travou, durante muitos anos, o processo de sua formação como classe. Na divisão internacional do trabalho, o capitalismo se implantava no Brasil tardiamente e subordinado ao imperialismo dos grandes monopólios internacionais, como bem afirmam, Victor Leonardi e Francisco Foot, em *História da indústria e do trabalho no Brasil*.

No capítulo 3 Giannotti trata das grandes lutas operárias do início século XX, mais precisamente de 1900-1920, período marcado por grandes mobilizações dos trabalhadores, greves de massa, com destaque para a greve de 1917, de caráter insurrecional. É um período de grande importância histórica para os trabalhadores, que através das bandeiras anarquistas e anarco-sindicalistas, procuravam organizar seus sindicatos de forma autônoma e independente do Estado burguês; é também o momento em que articulam e organizam os primeiros congressos operários.

Já nos capítulos 4 e 5 nos deparamos com uma análise que busca apreender o período que vai de 1920 a 1945, começando com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1922, das revoltas dos tenentes e do momento em que Getúlio Vargas, ao assumir o controle do poder, passa a implementar o sindicalismo de Estado, destruindo o sindicalismo combativo e classista existente até então. Com isso, Vargas procura, conforme o autor: “Esvaziar as pressões da classe operária, que visava conquistar os mesmos direitos das classes operárias de outros países. Entre esses

direitos 8 horas de trabalho diário, salário mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social” (GIANNOTTI, 2007, p. 112).

Juntamente com as leis trabalhistas, também são criadas leis e normas regulamentadoras da vida sindical, visando um maior controle sobre a classe operária. Com a nova legislação trabalhista, os sindicatos autônomos e independentes de influência anarquistas ou comunistas deixaram de existir. Assim, o novo sindicalismo deveria privilegiar a conciliação de classes e “zelar pela harmonia de interesses entre capital e trabalho”. Com isso, as idéias-chave passarão a ser “colaboração de classe” e “paz social”. Não haveria mais lutas e o Estado seria o pai de todos. A partir daí Vargas implementaria um processo de industrialização combinado com o estado novo, responsável pela forte repressão que se abateu sobre o movimento operário e o conjunto das classes trabalhadoras.

Os capítulos 6 e 7 tratam de dois momentos históricos importantes: 1) o retorno de Vargas, 1950, e do que o autor chama de politização das lutas sociais, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas que adquire grande importância, principalmente no nordeste; 2) o golpe militar de 1964 e a implantação da ditadura. Com a ditadura, vieram às intervenções nos sindicatos, as prisões, as cassações de oposicionistas ao regime. Por outro lado, tivemos a radicalização do movimento estudantil a partir da morte do estudante Edson Luis, as lutas operárias, com as greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968, e, em seguida, a resistência armada, os chamados “anos de chumbo”, marcados pela grande escalada da repressão política, desencadeada pelo regime, resultando em prisões, torturas e mortes de militantes de esquerda.

GIANNOTTI cita o final dos de 1970 como um marco importante para a retomada das grandes mobilizações operárias, a explosão das grandes greves, no ABC paulista, em 1978. O autor enfatiza a importância das oposições sindicais na retomada dessas lutas, bem como o surgimento de lideranças operárias como Luis Inácio Lula da Silva, no ABC paulista, além da organização das primeiras comissões de fábricas, eleitas pelos trabalhadores. Vale ressaltar que 1978 foi o ponto de partida para retomadas das grandes lutas dos trabalhadores do país, envolvendo as mais diferentes categorias, entre elas, bancários, professores, trabalhadores da construção civil, professores, metalúrgicos etc. A importância dessas lutas não estava apenas nas reivindicações econômicas, por melhores salários, contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho e de vida, mas também pelo fim da ditadura militar.

Finalmente, nos capítulos 8 e 9 GIANNOTTI faz um apanhado geral das décadas de 1980 e 90 até 2002, que coincide com a vitória de Lula à presidência da república. Na verdade, o autor faz um levantamento cronológico dos fatos que permearam o período estudado. Em síntese, GIANNOTTI aponta a década de 80 como promissora

não apenas para o movimento operário, mas para todos os trabalhadores do país. É o momento em que é fundado o Partido dos Trabalhadores - PT, em 10 de fevereiro de 1980 e, três anos depois, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Esse período histórico é descrito como um processo vivo da luta de classes, marcado por grandes lutas e mobilizações, greves de massas e de organização dos trabalhadores contra a ditadura militar, a exploração capitalista, o peleguismo e a velha estrutura sindical. De acordo com GIANNOTTI: “A década de 1980, para o Brasil, foi longa. Podemos dizer que começou antecipadamente, em 1978, quando a onda de greves de maio deu início a uma nova era no país. Estavam sendo superados os anos mais difíceis da Ditadura. Entre 1969 e 1975, qualquer simples menção à palavra greve deveria ser feita baixinho, entre os trabalhadores, para que não fossem descobertos pela polícia política nos locais de trabalho” (GIANNOTTI, p. 227). E acrescenta: “O maior volume de greves realizado na história do país ocorreu nos anos 80. o acúmulo das lutas, neste período, permitiria, inclusive, que a disputa eleitoral de 1989 se desse entre um filho da burguesia tradicional e um líder operário” (Idem).

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores buscam construir suas organizações, alargando seus espaços de luta, os anos de 1990, constitui-se em um espaço privilegiado para o fortalecimento do neoliberalismo. Com a derrocada do chamado “socialismo real”, a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, os sicofantas do capital anunciam apocalipticamente o “fim da história” e enaltecimento da ideologia do “pensamento único”. Assim, já não seria mais possível a construção de uma nova alternativa para “alem do capital”! Logo, a lógica destrutiva do capital e os efeitos perversos do neoliberalismo serão sentidos em toda parte do mundo, sobretudo nos países periféricos e na América Latina. O autor cita como uma das ofensivas do capital e da política neoliberal a neutralização dos sindicatos, uma vez que é necessário “tirar de campo os sindicatos enquanto órgãos de reivindicação e de organização de classe. Se esse objetivo não é alcançado por bem, através da cooptação, será alcançado pelo combate e até pela destruição dos mesmos” (Idem, p. 274). Ocorre que: “Gradativamente, em todos os países e, que havia sindicatos de luta, estes se transformarão em linha auxiliar da nova visão “socioliberal”. As centrais sindicais, outrora combativas, são neutralizadas ou integradas ao projeto neoliberal dominante. Isto aconteceu com particular força na Itália, na França e na Espanha. A Itália, que na década de 70 tinha sido a campeã mundial de greves, piquetes e de todo tipo manifestações, passou, de 1980 até o final da década de 90, sem nenhuma greve geral” (idem, 274-275).

Concomitantemente, assistimos ao longo dessas últimas décadas as grandes mudanças no mundo do trabalho, que, como uma operação em cadeia, trouxeram a reestruturação produtiva, seguida da automação micro-eletrônica, a flexibilização dos

processos produtivos, seguida da precarização do trabalho e das formas mais brutalizadas de exploração da força de trabalho. Assistimos, nesta primeira década do século XXI, as formas de subsunção real e formal do trabalho ao capital. Como diria Marx, o capital, trabalho morto, subordinou real e formalmente, o trabalhador ao capital.

O autor conclui seu trabalho afirmando que, mesmo com a eleição do governo Lula, “o sonho da conquista da hegemonia política por parte dos trabalhadores” ainda está por se concretizar. Um exemplo bem claro está na própria limitação da democracia burguesa, que, no governo Lula, podemos tomar como referência a questão agrária, que nem de longe foi equacionada, além da velha estrutura sindical, que se manteve intata, embora o discurso da CUT e do PT, em seus primórdios fossem sempre o da luta pelo fim do sindicalismo oficial. O chamado “novo sindicalismo”, esmaeceu com o tempo, envelheceu, e as reformas trabalhista e sindical, implementadas pelo governo Lula foram muito tímidas, reforçando, em certo sentido, até mesmo alguns pilares da velha estrutura sindical varguista, como o imposto sindical e a unicidade sindical.

GIANNOTTI chama a atenção para uma reflexão - que vale principalmente para o campo de esquerda - sobre a diferença entre estar no governo e estar no poder. Conforme sugere o autor, a questão de quem continuará a deter a hegemonia na sociedade e dos caminhos que podem mudar o atual quadro político da sociedade brasileira, dependerá sobremaneira dos esforços concentrados das classes trabalhadoras e de suas direções conseqüentes e daqueles que pretendem realmente alçar a bandeira de luta pela “construção de uma sociedade justa, igualitária, independente e livre, isto é, socialista” (idem, p. 305).

O livro é para ser lido, relido, divulgado e analisado no âmbito das organizações dos trabalhadores, dos movimentos sociais, dos sindicatos, das instituições universitárias. Para ilustrar a importância do trabalho de Vito GIANNOTTI, nada mais oportuno do que este pequeno comentário na orelha do livro, de autoria do prof. Regis Moraes, da Unicamp: “Imagine uma pessoa que, todo dia, quando acordasse, perdesse completamente a memória. Não sabe seu nome, profissão, endereço, quem são seus amigos e inimigos. Perdida no mundo, depende dos outros. Eles dirão tudo que ela deve saber sobre si mesma. Poderá ser manipulada, utilizada, vendida. Agora, pense numa classe social numa situação semelhante. Os outros – talvez seus inimigos – dirão a ela, a cada momento, quem ela é, qual é seu lugar no mundo, seus deveres e direitos. Inventarão para ela uma história, um passado, alguns heróis e, claro, um destino. Este livro é um tratamento contra essa doença: procura recuperar a consciência de classe trabalhadora através de sua história, da identificação de suas forças e fraquezas, de seus inimigos e de seus amigos, de suas misérias e de suas grandezas. Não é um caminho fácil e nem rápido”. Por tudo isso o livro vale a pena.